

PRÊMIO PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL I

SINEPE RJ recebe o Educador
Alexandre Ventura para palestra

Pág. 16

REVENDO A CANTINA ESCOLAR

Sociedade de Cardiologia do Estado RJ faz alerta sobre o crescimento de crianças com descontrole de colesterol e que estão fora do peso.

Págs. 8 e 9

ÉTICA E CIDADANIA

A Controladoria Geral da União (CGU) lançou o tema "Pequenas Corrupções - Diga não" e tem inspirado escolas a trabalharem este tema.

Págs. 12 e 13

EXPEDIENTE

• DIRETORIA

Anna Lydia Collares
Luiz Henrique Mansur Barbosa
Rodrigo Mocarzel
Cláudia Costa
Martha Short
Sônia Soares de Almeida

• SUPLENTE

Inês de Oliveira Leite
Antônio Cláudio Cavalcante da Silva
Sônia Myrthes Philigret Baptista

• CONSELHO FISCAL

Helio Borges Monteiro Neto
Jerônimo Luiz da Silva Batista
Gustavo de Alvarenga Paranhos

• SUPLENTE

Enilson de Freitas Medeiros
Anne Ribeiro de Miranda Guimarães
Tatiana Cury Paraízo

• CONSELHO CONSULTIVO

Cláudia Costa
Luiz Henrique Mansur Barbosa
Comte Bittencourt
Wanderley Costa

• DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO AO CONSELHO DA FENEP

Anna Lydia Collares
Cláudia Costa
Luiz Henrique Mansur Barbosa

• DEPARTAMENTO DE EDUC. INCLUSIVA

Cláudia Costa

• DEPARTAMENTO DE EDUC. INFANTIL

Tatiana Cury Paraízo

• DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Marcela Bittencourt

• DEPARTAMENTO DE EDUC. AMBIENTAL

Marcelo Mocarzel

• DIRETORES REGIONAIS

Wladimir Castiglia - Itaboraí
Jorge Teixeira de Queiroz - Nova Friburgo
Carlos José Machado - Petrópolis
Inês de Oliveira Leite - S. Pedro D'Aldeia
Ana Paula Fernandes Mendes - Teresópolis
Silvano José Martins - Três Rios
Elicéa da Silveira - Cabo Frio
Carlos Alberto Machado - Rio Bonito

• Texto e diagramação: Julia Sinder Revisão: Maria Auxiliadora Gozzi Penna
Textos: Camille Siston e Julia Sinder

NESTA EDIÇÃO

03 EDITORIAL

Terreno minado

POR: MÁRCIA HAYDÉE

05 ACONTECE NO SINEPE RJ

06 *Consumo e Síndrome de Down*

JEP 2015

Jogos das Escolas Particulares de Teresópolis

07 ATUALIZE-SE

Novidades na Legislação

Posse no Conselho Municipal de Educação de Niterói

08 SAÚDE

09 *Reverendo a cantina escolar*

10 JURÍDICO

11 DOCUMENTOS IMPORTANTES: *Contrato de prestação de serviço escolar e Regimento Interno*

12 ÉTICA, MORAL E CIDADANIA

13

14 POLÍTICA

Adoção por uma sociedade mais sadia

POR: COMTE BITTENCOURT

15 SUGESTÃO DE CALENDÁRIO

16 PROGRAMAÇÃO SINEPE RJ

EDITORIAL

TERRENO MINADO: LEI DA INCLUSÃO

POR: MÁRCIA HAYDÉE

A partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146, de 06/07/2015), que estabelece a impossibilidade da cobrança de taxas extras para as famílias de alunos com deficiência, cria-se um terreno minado para a escola privada percorrer.

De um lado, a necessidade de investimento específico para atender pedagogicamente àquele aluno e desenvolver suas potencialidades.

De outro, a sociedade que, analisando de forma panorâmica, vê a escola como vilã, negando as minúcias de tal relação por desconhecimento ou outro motivo.

Há que destacar que a escola privada vem construindo um processo de inclusão antes mesmo deste termo estar em voga. Quando a perspectiva de atendimento ao aluno com deficiência era integradora, isto é, havia socialmente uma compreensão de que estar na escola regular era benéfico a tal aluno, mas não havia o entendimento de que incluir este aluno era ir muito mais além desta perspectiva, muitas escolas privadas e seus profissionais estudavam e se embasavam para atender ao aluno com deficiência, encarando-o como mais um aluno, com suas características individuais e necessidades de um planejamento individualizado, pautando suas práticas como preconiza a legislação e como priorizam os profissionais compromissados com a qualidade do atendimento que realizam.

Neste sentido, a escola privada, em parceria com as famílias, seguia respondendo ao que determina a lei e avançando pedagogicamente no atendimento ao aluno através de atuações profissionais essenciais, com materiais pedagógicos específicos, para que o

mesmo estivesse envolvido no processo ensino-aprendizagem exatamente como todos os outros, com a sua individualidade respeitada e com os inú-

"(...) o atendimento inclusivo faz parte do fazer pedagógico e nos é inerente, isto é, abraçamos a postura inclusiva com nossa prática inclusiva (...)"

meros desafios inerentes à prática pedagógica inclusiva.

Com a nova determinação da Lei Federal nº 13.146/2015, vem à tona um verdadeiro retrocesso no que diz respeito a esse atendimento, e, assim, diversas perguntas também surgem:

— Como atender a esse aluno, satisfatoriamente, sem a atuação de profissionais especializados que planejem, junto ao Professor/Equipe Pedagógica, alternativas de ensino com materiais pedagógicos adequados e sem ferir as orientações da LDB?

— Como investir nestes profissionais, levando em conta o momento econômico que atravessamos em nosso país, sem uma contrapartida que não eleve os gastos já sobrecarregados pela política econômica que vivenciamos?

A determinação é diluir este investimento na planilha financeira de

gastos de cada escola, isto é, repassar a toda comunidade escolar os gastos com os profissionais e recursos necessários ao pleno desenvolvimento dos alunos com deficiência.

— Como tratar com todos os pais sobre esta prática diante do cenário econômico que atravessamos e, ainda, diante de uma postura ética que justifique esta ação?

— Cumprindo a determinação, como elevar o valor das mensalidades sem que isto gere desistência e possível encerramento das atividades pelas escolas privadas?

— Como fazer isso sem cortar gastos e comprometer a qualidade do ensino?

— Por que o governo não legisla sobre um subsídio financeiro que favoreça a escola privada neste aspecto, a fim de que esta possa continuar seu atendimento ao aluno com deficiência, assim como ocorre com a escola pública, que recebe o dobro da verba destinada a cada aluno quando há matrícula de aluno com deficiência?

— O que é inclusão social para você que lê este texto?

Deixamos aqui claro, para toda a população, que o atendimento inclusivo faz parte do fazer pedagógico e nos é inerente, isto é, abraçamos a postura inclusiva com nossa prática inclusiva, atuamos em defesa da mesma e precisamos continuar agindo desta forma para garantir um ensino de qualidade a todos aqueles que optam por nossas escolas para sua formação humana. •

**Márcia Haydée é
Assessora Pedagógica do SINEPE RJ*

Marizeth Mendes Nogueira
Diretora
Goiatuba, GO

**NOSSA ESCOLA É RESULTADO
DE UM SONHO QUE SÓ SE TORNOU
REAL PORQUE TODOS
ACREDITARAM NELE.**

TheGetz

O Colégio Antares/ULBRA, de Goiatuba (GO), conveniado há 23 anos ao Sistema Positivo de Ensino, é uma prova do poder transformador da Educação. Foi fundado como uma cooperativa de ensino por um grupo de pais que buscavam ensino de qualidade para seus filhos. A escola mudou o futuro de muitas crianças e tornou-se referência em educação na região. A iniciativa transformou a realidade do município, não só na área educacional, mas também na economia. Seu alto nível de ensino ajudou a atrair investimentos e virou modelo até para as escolas públicas. Quem participa desta história sabe que a educação também é capaz de transformar sonhos em realidade.

SISTEMA POSITIVO DE ENSINO. ACREDITE NO PODER DA EDUCAÇÃO.

somospositivo.com.br
facebook.com/editorapositivo
twitter.com/editorapositivo
youtube.com/editorapositivo



ACONTECE NO SINEPE RJ

TEMAS IMPORTANTES

2º SEMESTRE TEVE DEBATE SOBRE CONSUMO E SÍNDROME DE DOWN

Através do projeto Práticas Pedagógicas Diferenciadas, o SINEPE RJ procura trazer diferentes temáticas para debate com os associados. Neste semestre, conversamos sobre consumo na infância e debatemos inclusão.

Infância combina com consumo?

Já foi tempo em que os professores, coordenadores e diretores se preocupavam apenas com a qualidade de ensino. Atualmente, escolas e professores se preocupam com uma formação que ultrapassa e muito esse limite. Com tantas mudanças sociais, o espaço lúdico em que a criança aprendia teve que ser adaptado e ganhou novos profissionais, cada vez mais engajados nos estudos de psicologia, para compreender, melhor, questões que atingem inúmeras famílias do século XXI.

Com um olhar vanguardista, o SINEPE RJ recebeu as psicólogas Rita de Cássia Melo e Daniela Santos, para apresentar a palestra "Qual é a relação entre consumo e infância?". O intuito foi chamar a atenção das escolas para

a análise de comportamento dos alunos e responsáveis diante da cultura do espetáculo, sociedade do consumo, televisão e internet.

As psicólogas Rita de Cássia Melo e Daniela Santos alertaram sobre a inversão de valores entre "ter/ser". "As pessoas querem ter um aparelho eletrônico de última geração, um tênis que é usado pelo atleta famoso ou um carro sofisticado, apenas para mostrar para um vizinho, colega de trabalho ou amigo. A propaganda vende um estilo de vida. Hoje, você é aquilo que consome, e a marca é o símbolo da sua reputação e nobreza", ressaltaram as palestrantes.

Um dos temas debatidos na palestra foi a publicidade infantil. Através de vídeos, o público conferiu relatos de jovens que são diariamente atingidos

pelo marketing agressivo das indústrias e que, de uma forma estratégica, acabam sendo transformados em adultos consumistas cada vez mais cedo.

Para finalizar, as psicólogas apresentaram o documentário "Território do Brincar" para mostrar como a cultura e os hábitos infantis influenciam a formação da criança.

No caminho da inclusão

Em agosto, a professora Cláudia Costa e a psicóloga Daniela Santos vieram ao Sindicato para debater o tema "Inclusão Escolar e Síndrome de Down". "Foi muito bom ver o auditório cheio de profissionais interessados neste tema, que requer profissionalismo e muito cuidado dentro do ambiente escolar", ressaltou Cláudia Costa, diretora

A psicóloga Daniela Santos fala sobre inclusão



da escola Catavento Espaço de Educação, em Niterói, e diretora financeira do SINEPE RJ.

O assunto foi abordado de forma leve e trouxe muitas informações imprescindíveis para educadores que realmente querem incluir crianças com deficiência. De características físicas a comportamentais, as palestrantes ressaltaram a importância de olharmos cada um: “Precisamos olhar as dificuldades e facilidades, entendendo onde as crianças podem ir além, quais são seus pontos fortes, e, assim, desenvolver suas potencialidades”, destacou Daniela.

Entre os pontos importantes, uma questão que trouxe muita reflexão foi a referente aos limites. “As crianças especiais, assim como todas, precisam também ter noção dos limites. Não devemos ser permissivos e sim adotar um tratamento de acordo com as possibilidades deles”, reforçou a diretora da Catavento.

Entre os participantes estava Aline Kaneco, que, além de ser professora

da Escola Maia Vinagre, é mãe de Nicholas, um menino com Síndrome de Down. Para Aline, a importância desse tipo de tema é fundamental para todos os educadores e profissionais ligados à Educação. “O assunto diversidade é algo que vem crescendo muito rápido, e, infelizmente, as pessoas não estão preparadas para isso. Em diversos momentos da palestra, me emocionei por reviver cada momento desde a chegada do pequeno Nicholas à minha vida. Hoje, os portadores de Síndrome de Down são capazes de tudo. Como precisam se superar, correm atrás com firmeza e determinação para alcançar seus sonhos. E os ditos normais? Correm atrás de seus sonhos, vencem seus medos, superam o insuperável? Vale a pena pensar nisso. E, na verdade, está passando da hora de entendermos que a Síndrome de Down é uma deficiência intelectual e não uma espécie de doença contagiosa. Vamos rever os nossos conceitos e pensamentos. Inclua-se!”, finalizou ela.●

Profª. Cláudia Costa durante a palestra



SINEPE RJ NAS REGIONAIS

ABERTURA DO JEP 2015



ESCOLAS DE TERESÓPOLIS DISPUTAM MODALIDADES ESPORTIVAS.

O SINEPE RJ realizou, no dia 28 de agosto, a Cerimônia de Abertura dos Jogos das Escolas Particulares de Teresópolis (JEP 2015) no Ginásio do Colégio São Paulo. A abertura do evento foi feita pelo professor e 1º vice-presidente do SINEPE RJ Luiz Henrique Mansur, que, durante a apresentação, incentivou os 631 atletas competidores a cultivar a prática esportiva.

As escolas participantes Renascer do Sol, Serrano, CENA, Ideal, George March, Cesó, Espaço e Vida e Colégio São Paulo competem nas modalidades de: Queimado Feminino Categoria A (até 11 anos), Voleibol Masculino e Feminino Cat C (até 17 anos), Futsal Feminino Cat B (até 13 anos), Futsal Masculino Cat A, B e C (até 11, até 13 e até 17 anos, respectivamente), Handebol Masculino e Feminino Cat B e C e Basquete Masculino Cat C (até 17 anos).

Todas as partidas do JEP 2015 acontecem nos Ginásios do Colégio São Paulo, Ginásio Poliesportivo Pedro Jahara (Pedrão) e George March. Acompanhe o resultado no site www.sineperj.org.br/noticias.●

ATUALIZE-SE

LEGISLAÇÕES

Deliberação CEE Nº 349/2015, de 23 de junho de 2015

Estabelece normas para a declaração de equivalência de estudos ao Ensino Médio e a revalidação de diplomas de Cursos Técnicos e de Formação para o Magistério em nível médio, concluídos ou realizados no exterior.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Deliberação CEE Nº 350/2015, de 3 de agosto de 2015

Estabelece normas para expedição de documentos escolares de alunos egressos de instituições de ensino de Educação Básica, autorizadas e extintas, e determina outras providências.

Deliberação CEE Nº 351/2015, de 30 de junho de 2015

Altera o inciso V, do Art. 27, da Deliberação CEE/RJ nº 316/2010, e insere o inciso IV, no Art. 36 do mesmo diploma legal.

OUTUBRO ROSA

O movimento internacional pela luta do câncer de mama apresenta diversas ações na cidade de Niterói. Esse ano, as intervenções urbanas contam com remada, bike rosa, motociata, caminhada, flash mob e palestra de conscientização.

A programação completa pode ser consultada no site:

www.outubrorosaniteroi.com.br

POSSE NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Conselho Municipal de Educação de Niterói (CMEN) promoveu a cerimônia de posse de conselheiros no dia 31 de agosto, no espaço Oswaldo Salles da sede da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Niterói (SMECT). O SINEPE RJ indicou, como titular, o 1º vice-presidente do Sindicato, prof. Luiz Henrique Mansur, e, como suplente, a presidente, prof^a. Anna Lydia Collares, para tomarem posse das duas cadeiras cativas que o Sindicato ocupa no CMEN.

O 1º vice-presidente do SINEPE RJ, prof. Luiz Henrique Mansur, ocupa a titularidade da cadeira cativa há 15 anos como representante do Sindicato na Secretaria Municipal de Educação. “O CMEN é um órgão governamental representativo que tem por finalidade básica promover, no âmbito de sua competência, o desenvolvimento da

educação no município e o fortalecimento do Sistema Municipal de Ensino de Niterói, e nós, membros da diretoria do SINEPE RJ, representamos as entida-

des particulares e defendemos o interesse como instituição privada”, ressalta o prof. Luiz Henrique Mansur. •

Prof. Luiz Henrique Mansur, Flavia Araujo, Secretária Municipal de Educação de Niterói e Prof^a. Anna Lydia Collares durante a posse dom CME de Niterói



SAÚDE

REVENDO A CANTINA ESCOLAR

NUTRICIONISTAS ORIENTAM OFERTAS ATRATIVAS DE LANCHES PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

É comum ouvir de jovens estudantes a frase: “a escola é a minha segunda casa”. Afinal de contas é lá que eles, muitas vezes, passam grande parte do seu dia. É no colégio que eles aprendem, solidificam amizades, se divertem e fazem algumas refeições do dia. Em 2005 foi aprovada a Lei Estadual n.º 4.508, que proíbe a comercialização de produtos que colaborem para a obesidade infantil, dentro das escolas públicas e privadas. Por sua vez, a Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro (Socerj) faz um alerta sobre o crescimento de crianças com descontrolo de colesterol e que estão acima do peso.

Hábitos alimentares inadequados podem gerar aumento das taxas de colesterol e outras substâncias no organismo. A cardiologista e diretora da Socerj, Maria Eliane Campos Magalhães, alerta para a importância de evitarmos o surgimento dessas doenças ainda na infância: “A ingestão de gorduras saturadas desde a infância, assim como de açúcar refinado, sal, excesso de carboidratos e alimentos de alto teor glicídico pode colaborar para o surgimento de doenças cardíacas, mesmo em idades precoces, aumentando a chance de desenvolvimento de sobrepeso e obesidade”, avalia a cardiologista.

Após esta divulgação da Socerj, o SINEPE RJ procurou nutricionistas que possuem um trabalho voltado para a alimentação infantil saudável, a fim de apoiar as escolas na formulação de um cardápio dinâmico, saboroso e, principalmente, nutritivo.

Entretanto, além de educar os pequenos é necessário estimular os mais

“O que vivemos hoje é a terceirização generalizada dos problemas. E isso não acontece só com a alimentação; é possível ver esse comportamento em outros processos que geram conflitos com as crianças (...)”

Gabriela Kapim

velhos a manterem melhores hábitos alimentares. Para falar sobre esta adaptação alimentar, convidamos a polêmica nutricionista Gabriela Kapim, apresentadora do reality “Socorro! Meu Filho Come Mal”, transmitido no canal GNT.

Muitas receitas apresentadas no programa vêm da experiência do primeiro trabalho de Kapim como nutricionista, que foi em uma escola. Além dos inúmeros casos de maus hábitos alimentares registrados no programa, a nutricionista relata histórias de pais que chegam em seu consultório men-

cionando que não conseguem inserir alimentos mais nutritivos, como frutas, verduras e legumes, na rotina dos filhos. A solução que alguns encontram é colocar o filho em horário integral na escola.

“O que vivemos hoje é a terceirização generalizada dos problemas. E isso não acontece só com a alimentação; é possível ver esse comportamento em outros processos que geram conflitos com as crianças, como o momento de desfraldar, retirar a chupeta ou até a mamadeira. O hábito alimentar é ensinado em casa. Os pais, mesmo distantes da rotina, devem se preocupar em ser bons exemplos e fazer a refeição junto com seus filhos, para mostrar à criança a importância em se alimentar bem”, instrui Gabriela Kapim.

A apresentadora do reality “Socorro! Meu Filho Come Mal” encontra, no seu dia a dia, uma preocupação dos pais com a alimentação e vê o quanto os adultos estão desorientados com o excesso de informações conflitantes. “A propaganda diz uma coisa, o Ministério da Saúde diz outra informação, o pediatra passa uma orientação e a nutricionista outra. E as redes sociais trazem a fórmula mágica. Realmente é difícil”, analisa.

Um dos hábitos importantes para ter uma boa alimentação é comer com moderação; afinal, tudo em excesso faz mal, até produtos saudáveis. Gabriela Kapim alerta que o ideal é encontrar o equilíbrio tanto na qualidade quanto na quantidade e aconselha a escola a apresentar boas ofertas para que as crianças tenham a possibilidade de fazer escolhas mais nutritivas e menos calóricas: “Propor combos saudáveis, exibir carta-

zes que falem, de forma lúdica e criativa, sobre as vantagens de se alimentar bem. Essas são boas maneiras de estimular que as crianças pensem nas suas escolhas”, aconselha a nutricionista.

Alimentação saudável em prática!

É possível ter, na cantina, um cardápio variado, com lanches saborosos, coloridos, nutritivos e equilibrados? As nutricionistas Alessandra Gonçalves e Jeandra Peixoto dizem que sim. Sócias no projeto ‘Cantinas Saudáveis’, de Niterói, as nutricionistas, com especialização em Personal Diet, ressaltam a importância da alimentação no desenvolvimento da criança. “Estudos afirmam que a dificuldade no aprendizado, a menor capacidade física e intelectual na vida adulta e ainda as maiores taxas de mortalidade estão associadas ao atraso no crescimento em virtude da deficiência nutricional”, analisa Alessandra Gonçalves.

Hoje em dia, está muito difundida a importância em manter uma alimentação saudável para prevenir possíveis doenças cardiovasculares e evitar o índice

elevado de colesterol, pressão arterial e glicose. Por isso, cantinas escolares estão excluindo alimentos gordurosos, frituras e com alto teor de conservantes ou sal.

Além de se alimentar no período de 3 em 3 horas, as nutricionistas sugerem, em seu projeto, opções saborosas de sanduíches, frutas, sucos, iogurtes, biscoitos, bolos e até sorvete, tudo caseiro e sem conservante.

O projeto ‘Cantinas Saudáveis’ ultrapassa as portas das escolas. As especialistas em Personal Diet realizam ações voltadas para os pais, tais como, oficinas gastronômicas, materiais informativos sobre alimentos, receitas e valores nutricionais. O objetivo é estender o projeto de educação alimentar desenvolvido pela escola

para o ambiente familiar.

“Fazemos diversas ações para captivar a criança em querer ter uma boa

COMER SENTADO À MESA;
COMER SEM DISTRAÇÕES;
COMER SOZINHO;
TER CINCO CORES NO PRATO;
EXPERIMENTAR NOVOS ALIMENTOS.

alimentação: programamos, na escola, uma oficina de gastronomia infantil, que se estende para os pais; montamos hortas e estimulamos a participação das crianças no cultivo e manutenção das verduras e legumes”, finaliza a nutricionista Jeandra Peixoto. •

A nutricionista Gabriela Kapim orienta os pais em um programa do canal GNT



JURÍDICO

DOCUMENTOS IMPORTANTES

FIQUE ATENTO AO CONTRATO ESCOLAR E AO REGIMENTO INTERNO

O Contrato Escolar é um instrumento muito importante dentro das instituições de ensino. É preciso muita atenção e cautela para termos um documento prático, mas que abranja todas as informações necessárias, evitando problemas futuros entre pais e instituições.

Anualmente, a Dra. Ana Cecília V. Cardoso, assessora jurídica do SINEPE RJ, realiza um workshop sobre matrículas no auditório do Sindicato. Conheça, abaixo, um pouco mais sobre os tópicos apresentados por ela em relação a Contrato Escolar, Regimento Interno e Calendários.

Quais são os cuidados que as escolas devem ter na hora de redigir um contrato escolar?

SINEPE RJ: Quais são os cuidados que as escolas devem ter na hora de redigir um Contrato Escolar?

Dra. Ana Cecília Cardoso: O SINEPE RJ, anualmente, oferece aos seus associados uma sugestão de Contrato Escolar. No entanto, este deve ser analisado e adaptado às realidades dos serviços, instalações e facilidades que são fornecidas pela instituição. Saliente que todas as cláusulas previstas no Contrato devem estar em consonância com a legislação brasileira, o Regimento Escolar, bem como com a Proposta Pedagógica da escola. As letras de todo o contrato não podem ser muito pequenas (a fonte mínima é o tamanho 12, segundo o Código de Defesa do Consumidor). Vale ainda lembrar que o estabelecimento de ensino deverá divulgar, em local de fácil acesso ao público, o texto da proposta de contrato, o valor da anuidade e o número de vagas por sala-classe, no período mínimo de quarenta e cinco dias antes da data final para a matrícula, conforme calendário e crono-

grama da instituição de ensino.

SINEPE RJ: Regimento Interno e Contrato Escolar possuem respaldo jurídico?

AC: Sim, são instrumentos que regulam as relações pai x aluno x escola. O Contrato Escolar faz lei entre as partes, trazendo respaldo para ambas; regula matérias, como cancelamento de matrícula, inadimplemento, formas de pagamento, direitos e deveres, questões referentes à guarda do aluno, dentre outras. Faz parte ainda do Contrato todos os seus Anexos e Aditivos, como: termo de autorização para veiculação de imagem, voz e tarefas pedagógicas, termo de declaração de informações de saúde e lista dos responsáveis para receber o aluno após o término das atividades diárias. O Regimento Escolar disciplina normas de conduta entre alunos, pais, professores, coordenadores ou orientadores pedagógicos, secretário escolar, serventuários e diretor e diretor-substituto da instituição de ensino, fixando inclusive

medidas disciplinares. Regula todos os procedimentos e atividades previstas na Proposta Pedagógica, tais como, avaliações, adaptações, progressão parcial, reclassificação etc., devendo estar disponível na secretaria da instituição de ensino. Não podemos ainda nos esquecer da Proposta Pedagógica, documento oficial que norteia toda e qualquer atividade da instituição de ensino, representa sua identidade e, para efeito jurídico e educacional, articula-se com o Regimento Escolar, devendo estar disponível na secretaria da escola.

SINEPE RJ: O SINEPE RJ oferece uma sugestão de Calendário Escolar referente ao ano letivo. O que a escola deve destacar como importante nesta sugestão?

AC: Sim. Anualmente, o SINEPE/RJ realiza o Workshop de Matrículas para seus associados, e, neste encontro, sugere um Calendário Escolar; trata-se de um modelo, uma sugestão, mas como um norte para as escolas.

Ali prevemos: férias escolares em janeiro (prescritas em lei estadual), dias destinados à atualização pedagógica, início das aulas, feriados, "dias livres para o aluno", retorno e início do 2º semestre e encerramento do ano letivo. O Calendário Escolar é um dos documentos que regulam as relações entre a escola, colaboradores, alunos e seus responsáveis legais. Deve ser entregue ao CONTRATANTE no ato da formalização da matrícula. O CONTRATANTE deve assinar o canhoto constante da via do Calendário, confirmando o recebimento do mesmo, que ficará arquivado na pasta individual do aluno. O ideal é que ele não seja alterado no decorrer do ano letivo, a não ser que exista algum fato superveniente de força maior, tais como: calamidades, epidemias, casos fortuitos, distúrbios ou outros fatos de reconhecida gravidade, que representem ameaça à integridade física e emocional do aluno e/ou dos profissionais pertencentes ao corpo de funcionários da escola, que exija sua readaptação. Porém, vale lembrar que

os sujeitos da relação (colaboradores, alunos e seus responsáveis legais) devem ser comunicados da referida mudança, primando sempre pelo princípio da transparência e da publicidade, norteadores do direito consumerista.

SINEPE RJ: A quais cuidados, as escola deve ficar atentas?

AC: Já vi escola que no meio do ano letivo percebeu que o Contrato não estava assinado pelo responsável financeiro ou continha informações sobre o aluno incompletas. Outras situações onde a escola percebeu, meses depois, que não tinha o histórico do aluno. A secretaria, no momento da matrícula, tem que ficar muito atenta tanto à entrega de todos os documentos necessários e exigidos pela instituição quanto ao preenchimento e assinatura do Contrato e de seus Anexos. Dou um exemplo: sem o nome completo ou endereço completo do pai, como faremos para ajuizar uma ação de cobrança, em caso de inadimplência?

SINEPE RJ: Neste ano de 2015, o departamento jurídico do SINEPE RJ recebeu algum representante de escola com problema devido a falhas no Contrato ou Regimento Interno?

AC: Sim, apesar de anualmente sugerirmos adaptações em Contratos e em Regimentos, sempre tomando por base legislações e jurisprudências atuais, bem como as demandas das escolas no decorrer do ano letivo, muitas ainda se descuidam e não alteram os conteúdos dos mesmos, ficando ultrapassados ou, muitas das vezes, omissos. Este ano mesmo, o departamento jurídico do SINEPE RJ atendeu escolas que não previam, em seus Regimentos, as punições aos alunos indisciplinados, como advertências e suspensões. Em outros casos, a instituição não mencionava, em seu Contrato, prazos, formas e multas em caso de cancelamento de matrícula após o início do ano letivo. •

Auditório repleto de gestores durante Workshop de Matrículas 2016



Dra. Ana Cecília Cardoso durante Workshop no SINEPE RJ



CIDADANIA

ÉTICA, MORAL E CIDADANIA

No contexto filosófico, ética e moral possuem diferentes significados. No dicionário, “ética” está associada ao estudo fundamentado dos valores morais que orientam o comportamento humano em sociedade, enquanto “moral” são os costumes, regras, tabus e convenções estabelecidas por cada sociedade.

No entanto, a ética e a moral possuem finalidades muito semelhantes; afinal, ambas são as bases condutoras para a definição do caráter e devem ser trabalhadas diariamente dentro das escolas.

Na obra “Ética e Cidadania - Construindo Valores na Escola e na Sociedade”, publicada pelo Ministério da Educação, é citada a participação das escolas na educação de valores éticos como um movimento de aprendizado do agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, senso de justiça, do não agir com violência, de saber utilizar o diálogo em diferentes situações e ter comprometimento com o mundo que está ao seu redor.

A pedagoga Márcia Haydée, assessora pedagógica do SINEPERJ, destaca que a escola exerce um papel fundamental

na formação da conduta ética de um indivíduo e considera que são vários os aspectos responsáveis pela formação ética e moral dos alunos e um deles está diretamente ligado ao convívio social:

“A escola exerce um papel fundamental nesse contexto, mas é importante destacar que ela não é a única responsável pela formação de valores. Todos nós, cidadãos e instituições, temos esta responsabilidade. O foco na escola encontra-se no coletivo, no ambiente que é vivido por mais de um, isto é, cada ser necessita ter fortemente embasada a conduta ética e moral a ser seguida, independente das regras da escola, que igualmente devem ser conhecidas e respeitadas. Esta vivência na escola é válida para a vida em sociedade”, analisa Márcia Haydée.

Durante duas décadas atuando dentro de escolas em Niterói e em outros municípios, a assessora pedagógica do SINEPERJ aconselha a escola a colocar em pauta a educação sobre valores éticos e morais, tanto em sala de aula quanto em reuniões pedagógicas, de forma clara, sem julgamento de valores, com debates e esclarecimentos sobre os pensamentos de cada um, ensinando, assim, também uma postura de cidadania.

"A escola exerce um papel fundamental nesse contexto, mas é importante destacar que ela não é a única responsável pela formação de valores. Todos nós, cidadãos e instituições, temos esta responsabilidade."

Márcia Haydée

QUANDO
VOCÊ OLHA
PARA O MUNDO,
O MUNDO
OLHA PARA
VOCÊ.

VESTIBULAR

INSCRIÇÕES A PARTIR
DE OUTUBRO NA INSTITUIÇÃO
OU NO STAND DO PLAZA SHOPPING

UNILASALLE.EDU.BR/VESTIBULAR

0800 709 3773



UNILASALLE
RIO DE JANEIRO

SER GLOBAL É SER LA SALLE.

ADMINISTRAÇÃO
CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DIREITO
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
ENGENHARIA CIVIL
HISTÓRIA
PEDAGOGIA
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

PEQUENAS CORRUPÇÕES – DIGA NÃO!

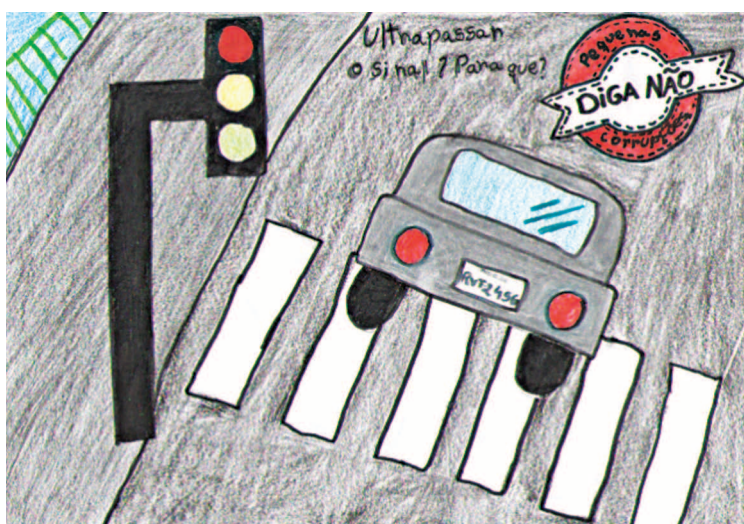
Este ano, a Controladoria Geral da União (CGU) desenvolveu o 7º concurso de desenho e redação com o tema “Pequenas corrupções – Diga não”. O encerramento da inscrição aconteceu em agosto, e a escola Estação do Aprender, de Niterói, aproveitou o gancho do concurso para difundir conceitos de cidadania dentro de sala de aula.

A professora de Português da escola, Sylvia Ventura, explica como inseriu o tema proposto pelo CGU dentro de sala de aula. “Começamos a sensibilização fazendo uma pesquisa e produzindo cartazes sobre as pequenas corrupções, que foram espalhados pela escola; assistimos ao vídeo “Fábula da corrupção”, debatemos conceitos como ‘ética’ e ‘cidadania’ e,

por último, eles produziram os desenhos”, conta Sylvia Ventura, professora das turmas do 4º e 5º ano.

Kássio Motta, antropólogo e pai de uma das alunas do 5º ano que teve seu trabalho selecionado para a inscrição, fala sobre a importância da inserção desses valores dentro do ambiente escolar. “São a partir de pequenos desvios, como furar fila, avançar sinal, subornar guardas de trânsito que reforçamos a ideia de que somos diferentes, em certa maneira melhores, superiores aos demais. Ao defini-los como delitos, mesmo que “pequenos”, a escola fortalece a autonomia e a responsabilidade social de alunos e alunas, enfatizando que as regras são para todos seguirem”, avalia o antropólogo.

Trabalho dos alunos do Estação do Aprender, em Niterói, para o concurso da CGU



A pedagoga Márcia Haydée traz mais uma dica para a escola: “Dar o exemplo é a possibilidade mais certa. De nada adianta tratar de ética e moral sem agir pautado nas duas. O desafio desse diálogo é enorme, pois além da escola necessitar trazer ao debate professores, alunos e pais, ela deve ter firmeza

quanto às suas regras, que precisam estar claras para que todos os envolvidos entendam o que poderão buscar e encontrar ali. No período atual que o nosso país atravessa, principalmente, a discussão sobre ética e moral é urgente, podendo ser ela o diferencial para as atitudes das gerações futuras.” •

“Dar o exemplo é a possibilidade mais certa. De nada adianta tratar de ética e moral sem agir pautado nas duas. O desafio desse diálogo é enorme (...)”

Márcia Haydée

POLÍTICA

ADOÇÃO POR UMA SOCIEDADE MAIS SADIA

POR: COMTE BITTENCOURT

A Constituição Brasileira e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevêem, como entidade familiar, a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes. Estas definições colocam ênfase na existência de vínculos de filiação legal, de origem natural ou adotiva, independentemente do tipo de arranjo familiar onde esta relação de parentalidade e filiação estiver inserida. É esse arcabouço legislativo que demonstra que o Brasil é um país que acredita na importância da adoção para assegurar às crianças e aos jovens abrigados a possibilidade de experimentar um lar com amor e carinho. A proteção familiar é um instrumento fundamental para a construção da cidadania de qualquer indivíduo.

É um dever de toda a sociedade contribuir para a construção de um cenário de oportunidades para esses jovens, evitando que cheguem até sua maioria civil abrigados nas entidades de acolhimento, sem qualquer perspectiva de vida digna e cidadã. Nosso objetivo é assegurar a eles, o mais rápido possível, o convívio em uma família de verdade, capaz de lhes dar o cuidado e afeto necessários. E foi com a vontade de facilitar os processos de adoção no Rio de Janeiro reativamos a Frente Parlamentar em Defesa da Adoção da Criança e do Adolescente – Pró-Adoção da ALERJ. Através da iniciativa, o Parlamento reafirma seu compromisso com a criação de leis que incentivem e agilizem o processo de adoção em todo território fluminense. Este será um ambiente de

diálogo permanente entre a sociedade civil e o Estado, com a participação do Ministério Público, OAB, Defensoria Pública e os poderes Executivo e Judiciário.

Atualmente, a Frente luta pela aprovação de seus Projetos de Lei que garantem a gratuidade das certidões necessárias ao processo de adoção, o apadrinhamento afetivo, além da divulgação do direito dos servidores públicos estaduais ao recebimento de Auxílio Adoção. Queremos, através de encontros mensais, traçar estratégias legislativas, principalmente para estimular adoções tardias, inter-raciais, de grupos de irmãos e dos que possuem necessidades específicas. Na linha de atuação estão previstas também visitas a abrigos, a estruturação das equipes técnicas das varas da infância, além de pretender ser um canal para recebimento de denúncias acerca do tema.

O cenário da adoção no Brasil é preocupante: são mais de 36 mil abrigados. No Rio de Janeiro, esse número chega a três mil. A maioria dos acolhidos estão fora da lista de adoção, pois ainda mantém vínculo com a família ou porque o processo de destituição do poder familiar ainda está em curso na justiça. O resultado é que, em todo o país, apenas 5.633 crianças e adolescentes e menos de 300 em nosso estado podem ser encaminhadas para um lar definitivo. Pela Lei 12.010/09, uma criança pode viver em instituições por, no máximo, dois anos. Mas não é o que acontece na prática, uma vez que é comum o prazo se estender na maioria desses casos. Cen-

so realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2014 aponta que 28% já ultrapassaram o tempo limite de permanência definido por lei.

Estamos experimentando, atualmente, um amadurecimento social em todo o país, e nos preocupa os problemas advindos da rejeição e do abandono. No momento em que o país discute a redução da maioria penal, reputo a política de fomento à adoção como um importante instrumento no combate à violência infantil e juvenil. Amor e afeto são componentes indispensáveis para a construção de uma juventude sadia.●



SUGESTÃO DE CALENDÁRIO ESCOLAR 2016

Janeiro							Fevereiro							Março							Abril						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2	1	2	3	4	5	6			1	2	3	4	5						1	2	
3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13	6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30	28	29	27	28	29	30	31	24	25	26	27	28	29	30							
31																											
01 - Confraternização Universal 02 a 31 - Férias Escolares							01 e 02 - Atualização Pedagógica 03 - Início das Aulas 08 e 09 - Carnaval (Recesso) 10 - Quarta-feira de Cinzas (Recesso)							25 - Sexta-feira da Paixão 26 - Recesso 27 - Páscoa							21 - Tiradentes 23 - São Jorge						
							16 dias letivos							22 dias letivos							20 dias letivos						

Maio							Junho							Julho							Agosto													
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S							
1	2	3	4	5	6	7				1	2	3	4						1	2			1	2	3	4	5	6						
8	9	10	11	12	13	14	5	6	7	8	9	10	11	3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13							
15	16	17	18	19	20	21	12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20							
22	23	24	25	26	27	28	19	20	21	22	23	24	25	17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27							
29	30	31	26	27	28	29	30	24	25	26	27	28	29	30	28	29	30	31																
01 - Dia do trabalhador 26 - Corpus Christi																					05 - Abertura das Olimpíadas 08 a 21 - Dias livre para os alunos 22 - Retorno das Aulas													
							21 dias letivos							22 dias letivos							21 dias letivos							13 dias letivos						

Setembro							Outubro							Novembro							Dezembro													
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S							
					1	2	3							1			1	2	3	4	5						1	2	3					
4	5	6	7	8	9	10	2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12	4	5	6	7	8	9	10							
11	12	13	14	15	16	17	9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19	11	12	13	14	15	16	17							
18	19	20	21	22	23	24	16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26	18	19	20	21	22	23	24							
25	26	27	28	29	30	23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30	25	26	27	28	29	30	31											
07 - Independência do Brasil							12 - Nossa Sra. Aparecida 15 - Dia do Professor (Feriado para professores e auxiliares de administração escolar)							02 - Finados 15 - Proclamação da República 20 - Dia da Consciência Negra							16 - Encerramento das aulas 19 a 23 - Atualização Pedagógica 25 - Natal													
							21 dias letivos							20 dias letivos							20 dias letivos							12 dias letivos						

20 dias letivos

Total de dias letivos: 208

LEGENDA:

■	Atualização Pedagógica
■	Início, retorno e encerramento das aulas
■	Domingos e feriados
■	Férias escolares
■	Dias livres para os alunos

Obs¹: As instituições de ensino deverão observar os feriados municipais.

Obs²: A Lei Estadual nº 6.158/12 define janeiro como mês de férias escolares para o Ensino Fundamental e Ensino Médio.

PROGRAMAÇÃO

ENTREGA DO PRÊMIO PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL I

No dia 22 de outubro, quinta-feira, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado do Rio de Janeiro – SINEPE RJ promove o evento de entrega do “Prêmio Professor Ensino Fundamental I – Práticas Pedagógicas Diferenciadas” no Instituto La Salle, em Niterói, a partir das 17h30, com entrada franca.

O Prêmio Professor Ensino Fundamental I – Práticas Pedagógicas Diferenciadas seleciona os melhores projetos inscritos nas seguintes categorias: Área de Códigos e Linguagens, Área de Ciências e Tecnologias e Área de Sociedade e Cultura.

Na abertura, terá a apresentação da Banda Brazilian Piper, a banda de gaiteiros de fole do estado do Rio de Janeiro. Du-

rante a cerimônia, o público vai assistir à palestra do educador professor no Departamento de Educação da Universidade de Aveiro, Portugal, pesquisador no Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores, conferencista internacional e consultor de organizações educacionais.

Doutor em Ciências da Educação ministrou dezenas de palestras em 20 países e realiza pesquisas nos domínios da inspeção, avaliação institucional, avaliação de desempenho profissional, coaching, cursinhos, indisciplina e bullying. Exerceu os cargos públicos em Portugal como Subinspetor-Geral da Educação, Presidente do Conselho Científico para a Avaliação de Professores e Vice-Ministro da Educação. ●

22.10 - 18h

Palestra de Abertura:

A importância das Práticas Pedagógicas Diferenciadas na escola de hoje.

Prof. Alexandre Ventura (Universidade de Aveiro - Portugal)

Local: UNILASALLE. Rua Gastão Gonçalves, nº 79. Santa Rosa. Niterói.

PRÊMIO
PROFESSOR
Fundamental I
Práticas Pedagógicas Diferenciadas

PALESTRA EM NOVEMBRO

No dia 18 de novembro, o SINEPE RJ promove a palestra: “Reflexões sobre diversidade sexual no ambiente escolar”, com o psicólogo Bruno Barcelos.

Durante o encontro, Bruno abordará temas como as transformações ocorridas na sociedade, mudanças nas relações sociais e efeitos da diversidade sexual no ambiente escolar.

As inscrições podem ser feitas através do site do SINEPE RJ: <http://www.sineperj.org.br>. Participem!

**Reflexões sobre a diversidade sexual
no ambiente escolar:**

Data: 18 de novembro

Hora: 18h30

Inscrições: <http://www.sineperj.org.br>